

EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.448.317 - CE (2014/0083404-2)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
EMBARGANTE : LARISSA MARIA MAIA RICARTE
EMBARGANTE : ANA PAULA CHAVES ALMEIDA
EMBARGANTE : JOSE HUMBERTO DE ALMEIDA JUNIOR
EMBARGANTE : PEDRO MARQUES RICARTE
ADVOGADOS : RODRIGO ROCHA GOMES DE LOIOLA - CE020082
EUGÊNIO DUARTE VASQUES - CE016040
ADVOGADOS : MARIANA BIZERRIL NOGUEIRA - CE018624
DIEGO MONTEIRO MACIEL LIMA E OUTRO(S) - CE024142
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : HELANO CARNEIRO DE ALBUQUERQUE
INTERES. : FRANCISCO ROBERTO GUEDES PINHEIRO BARBOSA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ART. 1.022 DO CPC/2015. VÍCIOS NÃO CONFIGURADOS.

1. Nos termos do que dispõe o artigo 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.
2. No caso dos autos, não há vício a ensejar esclarecimento ou a integração do que decidido no julgado.
3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Napoleão Nunes Maia Filho votaram com o Sr. Ministro Relator.

Impedido o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Benedito Gonçalves.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator